

País prepara-se para ampliar a moratória 96

Se não conseguir dinheiro novo, Brasil não vai pagar os credores do Clube de Paris

ANGULAR



Meneguelli, da CUT, fala no seminário dos sindicatos sobre a dívida externa

Caso os governos credores reunidos no Clube de Paris não restabeleçam o fluxo de empréstimos ao Brasil até meados de julho e bloqueiem a renegociação dos créditos vencidos no segundo semestre, o Brasil não terá outra alternativa senão ampliar a moratória, deixando de pagar a amortização e os juros também ao Eximbank norte-americano, Eximbank japonês e às instituições similares da Alemanha, França e Inglaterra.

Foi o próprio ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que numa entrevista na televisão admitiu essa hipótese, embora não tenha mencionado o tempo de espera que o Governo adotará para o restabelecimento do fluxo de financiamentos. Quando o acordo com os credores do Clube de Paris foi formalizado em janeiro deste ano, a delegação brasileira que negociou o ajuste deixou a capital francesa certa de que os financiamentos governamentais logo seriam restabelecidos.

FMI

Tal, contudo, não ocorreu, e os governos credores alegaram que o fluxo somente seria restabelecido após Brasília acertar, bilateralmente, um ajuste com cada credor. Isso foi feito, pelo menos em relação a alguns credores, mas ainda assim o dinheiro não veio, impondo-se nova condição: que fosse completado o ajuste, com os créditos vencidos no segundo semestre.

Ocorre, porém, que o fechamento nessa negociação está na dependência de um pronunciamento favorável do Fundo Monetário Internacional (FMI) à política de ajuste que o Governo brasileiro está seguindo. A missão do Fundo, que hoje retorna aos Estados Unidos, leva uma má impressão sobre o ajuste da economia brasileira.

Embora proibidos de falar, os técnicos comandados por Thomas Reichmann deixaram escapar, em conversas com interlocutores de fora do Governo, sua decepção com a situação de virtual descontrole do "déficit público" e o agravamento da

questão inflacionária, a despeito dos mecanismos de contenção de um processo hiperinflacionário próprios da economia brasileira, com a indexação generalizada.

Outro fator que dificulta o surgimento de uma explosão inflacionária é a redução da atividade econômica, a cada dia mais visível numa série de setores industriais e sobretudo no comércio. Essa quase recessão foi confirmada, na entrevista que o ministro da Fazenda concedeu à televisão, e reflete a programação oficial de um dramático desaquecimento da produção industrial, que da taxa anualizada de 12 por cento em março passado deverá cair — segundo a previsão do ministro Bresser Pereira — para não mais do que 3 por cento em dezembro.

PLANO ECONÔMICO

Caso o relatório a ser elaborado nos próximos dias pela equipe de Thomas Reichmann seja desfavorável ao Brasil, poderá ocorrer dificuldade para a negociação no âmbito do Clube de Paris, prevista para o próximo mês.

Nesta hipótese, o Governo brasileiro tentaria convencer os credores governamentais da seriedade do programa de ajuste apresentando um plano confiável de ajuste interno, o mesmo que está sendo preparado no âmbito do Ministério da Fazenda. Esse plano, na verdade, uma carta de intenções, poderia convencer os credores a mudar de opinião, a despeito do diagnóstico negativo do FMI.

Evidentemente — garante-se na área econômica — se nada disso der certo e os governos credores mantiverem seus cofres fechados para o Brasil, não haverá outra alternativa senão recorrer à moratória, por absoluta falta de recursos. Afinal, as reservas externas, no conceito de disponível operacional do Banco Central se apresentavam, no final do mês passado, abaixo de 2,5 bilhões de dólares e a tendência aponta para novas quedas.